

SIMPÓSIO 2

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E DIREITOS LINGUÍSTICOS

Ao longo da história das sociedades, especialmente pós-colonialismo, a padronização e a homogeneização das línguas têm sido uma das maiores ferramentas de opressão de minorias e causa da extinção de muitas línguas e variedades de línguas. É o que podemos constatar no Brasil, pois, a despeito do fenômeno de variação linguística em decorrência de estratos sociais e da existência de línguas de minorias étnicas em todo o território nacional, não há políticas linguísticas que garantam o direito de registro e de usos, em todas as instâncias, de dialetos sociais ou regionais e de línguas étnicas. Ao contrário, as políticas existentes reconhecem e favorecem somente a língua portuguesa bem como uma única variedade dessa língua, a chamada *norma padrão*. Em consequência disso, os falantes de variantes *não padrão* ou de certos dialetos regionais, bem como falantes de línguas étnicas estão cada vez mais suscetíveis a fenômenos de hipercorreção, insegurança linguística, e atitudes linguísticas que levam ao preconceito, estigmatização e exclusão. Este grupo de trabalho discutirá fenômenos sociolinguísticos, descrição e revitalização de línguas indígenas, direitos linguísticos com o objetivo de contribuir por meio da pesquisa e do debate para o fortalecimento de ações sociais de apoio aos grupos ameaçados de extinção cultural e ou em seus direitos linguísticos, partindo do pressuposto fundamental de que os diferentes falares e a diversidade linguística são inerentes às sociedades humanas em todo mundo.

COORDENAÇÃO

Eliane Pereira Machado Soares

Universidade Federal do Pará
elianema@ufpa.br

Austria Rodrigues Brito

Universidade Federal do Pará
austria@ufpa.br

ESTUDO DE CARACTERÍSTICAS FONÉTICAS PRESENTES NO DIALETO CAIPIRA NA REGIÃO DO MÉDIO TIETÊ

Rosicleide Rodrigues GARCIA (USP)¹

Resumo: Visando auxiliar a atualização das pesquisas sobre fonética registradas por Amaral em 1920, este estudo – realizado na região do Médio Tietê, nas cidades de Capivari, Itu, Porto Feliz, Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Piracicaba e Tietê, tendo coletado vinte e oito entrevistas livres de homens e mulheres com idade acima de sessenta anos, brasileiros natos e de baixa escolaridade – fez o levantamento dos fonemas realizados nessas localidades, de modo a identificar os segmentos fonéticos, ratificar os relatos do autor, e colaborar com os estudos dialetológicos.

Palavras-chave: Fonética. Dialetologia. Caipira. Médio Tietê

1. Introdução

O dialeto caipira pesquisado neste trabalho refere-se à área do Médio Tietê, compreendendo as cidades: Capivari, Tietê, Itu, Porto Feliz, Piracicaba, Santana de Parnaíba e Pirapora do Bom Jesus. Essas localidades foram escolhidas por ser caminho das monções nos séculos XVII e XVIII (BUARQUE, 1976), e porque foram áreas pesquisadas por Amadeu Amaral em sua obra *O dialeto caipira* de 1920. Embora, na introdução de seu livro, Amaral tenha dito que não se tratasse de um estudo absoluto, muitas de suas considerações são admitidas até hoje, sendo ainda referências de muitos trabalhos e pesquisas.

Nessa mesma introdução, Amaral solicita a colaboração de novas pesquisas e até o envio de observações sobre o dialeto. Sendo assim, quase cem anos depois damos continuidade ao seu trabalho, agora subsidiado por tecnologia e observações de base científica, analisando as características fonético-fonológicas do dialeto caipira. Deste modo, foram coletadas 28 entrevistas espontâneas provenientes de moradores da região, pessoas com mais de 60 anos, com baixo grau de escolaridade, sendo dois homens e duas mulheres para cada cidade. As entrevistas foram registradas em um gravador digital portátil de marca Zoom H4, formadas por narrativas livres e buscando a história pessoal de cada morador e sua relação com a cidade.

O presente artigo é parte integrante da tese de doutorado *Aspectos da prosódia do português caipira* que pretende descrever o dialeto caipira sob a perspectiva prosódica.

2. Realização de coleta de dados

Para a coleta de dados, buscaram-se moradores nascidos e criados nas regiões citadas e que preferencialmente não tivessem vivido e/ou trabalhado por longos períodos em outros locais.

A pesquisa deu-se de forma livre: nas ruas e praças da cidade, abordaram-se as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, e a elas era explicado que se tratava de uma pesquisa sobre a região – não se deixou claro de que se referia a uma pesquisa dialetológica para que o entrevistado, de maneira inconsciente, não monitorasse sua fala. Deste modo, perguntou-se sobre suas memórias: como eram suas vidas quando crianças, suas juventudes,

¹ Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: rhozzi@usp.br

como era a cidade naquele período, como costumavam namorar, as festas e casamentos, e comparações prévias de como era antigamente e o hoje. Assim sendo, não foi utilizado um questionário pronto, mas perguntas direcionadas de modo que as respostas tivessem o mesmo nível de respostas. Embora fossem percepções pessoais, Ferreira-Netto (2008) nota que os diálogos em narrativas livres possuem características semelhantes, sendo possível resgatar traços comuns nos dados levantados.

Não houve uma delimitação de tempo de entrevistas, já que se tratava de diálogos livres, mas os relatos compreenderam-se em um período aproximado de dez/quinze minutos, havendo, assim, material suficiente para análise.

3. Representações fonéticas do dialeto caipira no Médio Tietê

Para o levantamento e reprodução dos fonemas do dialeto caipira, tomou-se como base a obra de Ferreira-Netto (2001), *Introdução à fonologia da língua portuguesa*. Assim, veremos que os fonemas utilizados pelo dialeto caipira em questão não se diferem substancialmente de outros vistos no português brasileiro, não havendo, portanto, alguma segmentação surpreendente. Porém, a sua descrição é necessária para identificarmos de modo claro quais são os segmentos e/ou elementos característicos desse falar.

3.1. Vogais tônicas orais

Nas cidades estudadas estabelece-se o padrão brasileiro: [a], [ɛ], [e], [i], [ɔ], [o] e [u].

3.2. Vogais pretônicas orais

Como já observado por Cristóvão-Silva (2005, p.82), “as vogais [ɛ, ɔ] ocorrem em posição pretônica em formas derivadas com os sufixos –mente, -inh, -zinh ou –íssim quando o radical do substantivo/adjetivo apresenta [ɛ, ɔ]”, sendo visto em *netinho* [netíɲu], *remedinho* [xemedíɲu].

Fora isso, os informantes de todas as regiões pesquisadas apresentam vogal-média [e, o] em posição pretônica de modo uniforme, como *Americana* [amerikána], *corrida* [koxída].

Todavia, o alteamento da média-alta [e, o] em [i, u] ocorre também em todas as cidades estudadas, contemplando as análises de Garcia (2007) ao confirmar, por meio de documentos históricos da região, a larga incidência de tal fenômeno no século XIX. Deste modo, temos diversas realizações de *menina* [minína], *depois* [dipójs], *escola* [iskóla], *bonito* [bunítu], *podia* [pudía], *cozinha* [kuzíɲa].

Quanto a casos de rebaixamento, observaram-se apenas dois, de informante homem de Santana de Parnaíba ao realizar o vocábulo *primeiro* como [preméɲu], e de uma mulher de Porto Feliz, *ribeirão* como [rebeɲãw].

3.3. Vogais postônicas mediais

Tendo em vista o número inferior de proparoxítonas em relação às paroxítonas, são poucos os exemplares, porém, observou-se que as vogais postônicas são produzidas como [a], [e], [i], [o] e [u], não havendo o alteamento de [e, o]. Também não se notou casos de síncope, como em *Bárbara* [báɲbaɲa].

3.4. Vogais postônicas finais

Segundo Ferreira-Netto (2001, p.72),

Câmara (1979a) propõe que o sistema vocálico em posição átona final, da pronúncia carioca, resume-se a apenas três vogais: [i], [a] e [u]. Entretanto, e um fato característico para alguns dialetos do Português é a realização das vogais átonas finais [e] e [u], por exemplo nas regiões do vale do Tietê, em São Paulo e no norte do Paraná. Por ser um fato estigmatizado, e possível verificar que os falantes percebem a diferença entre essas vogais mesmo em posição átona final. Isso é corroborado ainda mais pelo fato de que as realizações [ɛ] e [ɔ] não serem possíveis nessa posição.

Desta forma, percebe-se que também é recorrente no dialeto caipira falado na região do Médio Tietê: *nove* [nóvi], *grande* [gráɲdi], *porto* [póɽtu], *gritando* [gritánu]. E, mediante a presença da vogal nasal travada em [t], o fonema [e] pode manter-se, não havendo alteração como nos casos citados, mas ocorrendo em *diferente* [dife.ɽẽi'te].

3.5. Vogais nasais

Para Ferreira-Netto (*idem*, p. 71)

[...] a consoante nasal assume o articulador ativo do segmento que a precede, como em [põ^wtu], [péi^ɲi] e [mã^ɲta], para *ponto*, *pente* e *manta*, isto é, se [o], [e] e [a], tem os articuladores ativos lábio-dorso, coroa e dorso, respectivamente, a ressonância nasal pós-vocálica será [w], [j] e [ŋ], também, respectivamente.

Deste modo, dos informantes selecionados, é possível ouvir-se esse articulador ativo, visto em *sessenta* [sesẽi'ta], *parente* [pa.ɽẽi'te]. Na verdade, tal articulação também pode ocorrer ante fricativa alveolar, como em *pertencemos* [pe.ɽẽi'cému], logo, essa particularidade é bastante aparente no dialeto caipira das cidades estudadas, podendo ser reconhecido como uma marca dialetal.

Em relação à nasal em fim de palavra, é comum escutarmos a ditongação nasal [ẽj] em fim de palavra, visto em também [tãɲbẽj], cem [sẽj]. Porém, há desnasalização das desinências verbais, como *pegaram* [pegáru], *falaram* [faláru], e substantivos terminados em –gem: *reportagem* [repo.ɽázi].

3.6. Ditongos crescentes

No dialeto das regiões do Médio Tietê, os ditongos crescentes com início em [j] e [w] são percebidos em vocábulos de formação [ja], [jo], [wa], [we]. Entretanto, os encontros vocálicos [je] e [wo] sofrem processo de monotongação, e é comum a palatização de [ja] em final de palavra. Exemplos disso são: *história* [istóɽja], *sítio* [sítjo], *água* [ágwa], *série* [séiɲi], *família* [famílija].

3.7. Ditongos decrescentes

Os grupos compostos por vogal-glide [aj], [ɛj], [oj], [ɔj], [uj], [aw], [ɛw], [ɛw], [iw] são aparentes. O ditongo [ej] pode sofrer redução, no entanto, o dialeto tende a promover a glide² em [s] em coda silábica. São exemplos: mais [májs], ideia [idéja], boi [bój], dói [dój], fui [fúj], pau [páw], chapéu [ʃapéw], surgiu [suʒíw], pouco [póku], peixe [péʃe], rabeira [rabé.ɾa], fez [féjs], nós [nójs], rapaz [xapájs].

3.8. Fonética consonantal

Tomando os segmentos consonantais, constatou-se que a realização de [p, b, k, g, f, z, ʃ, ʒ, ɲ] não se diferenciam dos demais dialetos do português brasileiro. Os demais são dados da seguinte forma:

- /t/: ocorre como [t] em todas as cidades estudadas, mesmo diante de [i] e derivados; todavia, também verifica-se a ocorrência de [tʃ] mediante [i] e derivados em Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Capivari, Porto Feliz e Itu. Sobre esse assunto ressalta-se que, embora haja a prática de ambos os casos na maioria das regiões estudadas, foi natural observar a dupla ocorrência dos fonemas em entrevistas de um mesmo informante. Isto é, o informante h1 de Capivari, por exemplo, pronunciou [tíjna] e [sítʃjo] dentro de uma mesma resposta. Ex.: *curativo* [kuratívu], *sete* [séti], *tinha* [tíjna] e [tʃíjna], *gente* [ʒɛ̃te] e [ʒɛ̃tʃi], *tinta* [tʃi'ta].
- /d/: ocorre como [d] em todas as cidades estudadas, diante de [i] e derivados. Já [dʒ] é corrente mediante [i] e derivados nas falas das mulheres de Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Capivari (a segunda informante, somente), e apenas na do segundo informante de Porto Feliz. Ex.: *médico* [médiiku], *demais* [demájs], *idade* [idádi], *lado* [ládu], *dizia* [dʒizía], *desde* [désdʒi].
- /l/: como [l] diante de vogal, o uso é uniforme por todos os falantes. Pós-vogal, o fonema pode vocalizar-se em [w] quando antecedido por [a], tornar-se /r/ por rotacismo ou desaparece. Ex.: *quintal* [cʃtáw], *pessoal* [pesoáw], *difícil* [difiçi], *hotel* [otéɿ].
- /ʎ/: a lateral palatal vozeado acontece comumente, como em *milho* [míʎu]. Acerca de sua ocorrência, todos os informantes palatizaram o ditongo [ja] em final de palavra – [famíʎa], [itáʎa]; e ocorreu a despalatização como em *velho* [véjo], *trabalhava* [trabajáva].
- /S/: ocorre como fricativa alveolar desvozeada em todas as cidades estudadas, não havendo as variações [ʃ] ou [z] mesmo quando pós-vocálica seguido de consoante

²Fenômeno também conhecido por iode (VIARO, 2004).

desvozeada ou em coda. Ademais, o [s] em final de palavra, tanto como marcador de número quanto parte constituinte do vocábulo, tende a ser suprimido.

Ex.: *desgraçado* [disgɾasádu], *mais* [máj], *gostosa* [gostóza], *professora* [profesóɾa].

3.9. Fonética de r

Sobre os róticos, é necessária a abertura de um subitem, pois não há uma generalização sobre o seu uso no dialeto caipira da região do Médio Tietê. Mesmo sendo comum a presença do retroflexo [ɾ], ela não ocorre de forma única e igual entre os entrevistados. Sendo assim, seguem as observações:

- /r/ fraco: a tepe alveolar vozeada [r] esteve presente em 23 das 28 entrevistas realizadas, sendo mais presente em Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus e Itu, em posição intervocálica e/ou seguindo consoante na mesma sílaba. Como sequência de outra consoante, notou-se em todas as cidades o rotacismo, como em *clube* [crúbi], *completa* [cõ^wpréta], *ciclo* [síkrũ], *problema* [pobréma], *inclusive* [ĩ^hkruzívi], *claro* [kráru].

- /R/: a fricativa glotal desvozeada [h] aparece iniciando a palavra ou em posição intervocálica em 14 entrevistas em todas as cidades. As maiores ocorrências foram em Pirapora do Bom Jesus, Piracicaba e Itu, em que todos os informantes pronunciaram o fonema. Em Tietê e Porto Feliz, apenas duas mulheres (uma para cada cidade) reproduziram tal forma. Exemplo: *carregando* [kaxegã̃du], *morreu* [moxéu], *arreio* [axéju], *churro* [šúxu].

O [r] também ocorreu em todas as cidades visitadas, com mais frequência em Piracicaba e Porto Feliz, como visto em *rio* [ríw], *carrapato* [karapátu], *arroz* [arós], *roupa* [rópa].

Fonemas como [h, ã, ɣ] não foram encontrados.

Quanto ao [ɾ], conforme já mencionado, ele é ouvido em todas as cidades estudadas no Médio Tietê. Porém, contrariando a obra de Silva (2005) que o classifica como segmento de final de sílaba antes de consoante vozeada ou desvozeada e em final de palavra, percebe-se a ocorrência do r retroflexo também seguindo consoante na mesma sílaba e intervocálico: *fora* [fóɾa], *preso* [pɾézu], *resolve* [xesóɾve].

De modo geral, não se foi notado o uso exclusivo de um fonema rótico na fala de um informante. Todos utilizavam, no mínimo, dois segmentos; logo, os informantes que tendiam a usar mais amplamente o retroflexo intervocálico e seguindo consoante, costumava utilizar a vibrante [r] em início de palavra e na produção do dígrafo “rr”. Em Tietê, Capivari e Porto Feliz, houve falantes que não misturavam outros segmentos além desses citados; contudo, em Itu, Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus e Piracicaba, houve quem falasse os quatro segmentos, inclusive, dentro de uma mesma resposta, assim, oscilando entre os fonemas no início de palavra e intervocálico, e mantendo o retroflexo em posição pós-vocálica.

Também foi comum encontrar rotacismos e metátese com retroflexos em posição pós-vocálica, como *alqueire* [aɾkéɾi], *precisa* [peɾsiza], *soltava* [soɾtáva], *hotel* [otéɾ], *algum* [aɾgũ^w], *voltar* [voɾtáɾ], *caderneta* [kaɾdenéta].

Por fim, a realização de /r/ em coda silábica no fim da forma verbal do infinitivo tende a não acontecer. Exemplos disso são *namorar* [namo.ɾá], *comer* [komé], *falar* [falá].

4. Considerações finais

Após estudo minucioso dos fonemas, percebe-se que a região do Médio Tietê continua conservando marcas do dialeto caipira (GARCIA, 2012), como a forte produção do /r/ retroflexo, ou retratando metaplasmos já documentados desde o século XVI, como o alteamento e rebaixamento de vogais, a monotongação de ditongos, prótese (ocorrido em *lembrar* [alẽ^hbrá]), síncope (*vezes* por [vêjs]), rotacismo, metátese, entre outros.

Embora atualmente diversas pesquisas sobre variações fonéticas estejam em curso, este trabalho também tem como objetivo atualizar dados. Assim sendo, considerações realizadas por Amaral em 1920 não se aplicam mais a essa determinada localidade. Seguem comentários:

- /R/: ressaltando o que ora fora dito, com o estudo notou-se que na região o uso do /r/ retroflexo não é apenas pós-vocálico, em travamento de sílaba ou dependente de determinados fonemas oclusivos (BRANDÃO, 2007), mas é altamente produtivo, inclusive ocorrendo em encontros consonantais e em posição intervocálica. Ademais, o fato de haver a presença das outras formas de róticos na fala dos informantes ratifica a informação de Amaral (1920) ao afirmar que seria “impossível obter a vibração desse último fonema”.
- /g/: Amaral descreve que sua realização é suavizada no dialeto, sendo vocalizado em /w/ - algo que, nesta pesquisa, não foi observado em nenhum inquérito;
- Africadas e fricativas alveopalatais /t, d, ʒ/: chamadas de “explosivas” pelo autor, não houve ocorrências significativas a não ser as já conhecidas do dialeto paulista, ou seja, a fricção de t e d diante [i] e seus derivados.
- /ʎ/: segundo Amaral, “a consonância palatal molhada lh não existe no dialeto”; entretanto, foram registrados a despalatização e a palatização de termos, como [famí^hla] que esteve presente na fala de mais de 50% dos entrevistados.
- A permutação entre /b/ e /v/ observada por Amaral não apareceu nas cidades estudadas.

Já os outros casos comentados no capítulo Fonética do autor continuam presentes no dialeto da região. Porém, o estudo não se encerra por aqui, pois ele abriu novos questionamentos acerca da realização de determinados fonemas, além de ter de ser aprimorado, o que vem a colaborar com os estudos fonéticos-fonológicos, dialetológicos e linguísticos.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: Anhembi. 1955.

BRANDÃO, Sílvia F. *Nas trilhas do -R Retroflexo*. In *Signum: estudos da linguagem*. nº 10/2, Londrina: UEL. 2007, p. 265-283.

CARDOZO, Suzana e FERREIRA, Carlota. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

CRISTÓFARO-SILVA, Thaïs; YEHIA, HaniCamille . *Sonoridade em Artes, Saúde e Tecnologia*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2009. Disponível em: <<http://fonologia.org>>. Último acesso: 15 jun 2013.

CRISTÓFARO-SILVA, Thaïs. *Fonética e Fonologia do Português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

FERREIRA NETTO, W. *Tradição oral e produção de narrativas*. 1. ed. São Paulo: Paulistana, 2008.

FERREIRA NETTO, W. *Introdução à fonologia da língua portuguesa*. 1. Ed. São Paulo: Hedra, 2001.

GARCIA, Rosicleide R. *Para o estudo da formação e expansão do dialeto caipira em Capivari*. 2009. 667 p. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. v. 8. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

NOGUEIRA, Amábile B.; VIARO, Mário E. Diacronia de uma variante do português brasileiro: a fala de Itapocócoi. In *Estudos Linguísticos*. Vol. 33. Campinas: GEL, 2004.

RODRIGUES, Ada Natal. *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo: Ática, 1974.

SANTIAGO-ALMEIDA, M. M. As consoantes do português falado no Vale do Cuiabá. In *Signum: estudos da linguagem*. Londrina: UEL. 2004, p. 149-163.

VIARO, Mário Eduardo. *Por trás das palavras*. Manual de etimologia do português. São Paulo: Globo. 2004.

PRECONCEITO LINGUÍSTICO E FUNÇÃO DA ESCOLA PARA SUA CONSCIENTIZAÇÃO

Maridelma LAPERUTA-MARTINS (UNESP – CAr)³

Resumo: Este texto objetiva expor o desenvolvimento de minha pesquisa de doutorado, um projeto que se inicia observando a existência de **preconceito linguístico** em discursos de alunos e professores. A partir disso, levanto a hipótese de que é, apenas, pela escola, que se pode fazer um trabalho de **conscientização linguística** para amenizar discursos e atitudes preconceituosas sobre a linguagem. A pesquisa mostrou um desconhecimento quase absoluto dos alunos sobre o que é preconceito linguístico e crenças equivocadas dos mesmos sobre a linguagem.

Palavras-chave: Sociolinguística. Preconceito Linguístico. Conscientização. Ensino.

1. Introdução

Sabe-se que, embora o preconceito linguístico seja desconhecido da sociedade em geral (ao contrário do que acontece, atualmente, com outras formas de preconceito, como racial, sexual, etc.), academicamente, há um referencial bibliográfico extenso sobre ele, sobre como ele acontece, sobre suas origens. Ainda assim, uma inquietação com relação a esse tema e principalmente com uma possibilidade de neutralizá-lo tem sido uma constante em minha carreira acadêmica.

Início citando três pontos dessa inquietação, apontando-os, respectivamente, como: 1. os alunos de graduação em Letras e seus desejos de aprender gramática; 2. os professores de educação básica e seu (quase) desconhecimento sobre conceitos da Sociolinguística; 3. a pessoa “comum”, aquele cidadão que não tem conhecimento específico sobre a linguagem, e seu senso (bastante) comum a respeito da língua portuguesa e suas implicações com o ensino.

Sobre o desejo que os alunos de graduação têm de saber, conhecer, dominar, entender gramática normativa, é possível afirmar que todos – sem exceção – que por mim passaram, no curso de Letras, queriam aulas de gramática para “aprender bem o português”, para “falar e escrever corretamente”, para “se comunicar melhor”, “porque não sabem português”, para conseguir “entender essa língua tão difícil” e, até mesmo, para ensinar gramática, quando estiverem dando aulas de português.

Além dessas aspirações por “saber gramática”, ocorre, por parte desses mesmos alunos, uma resistência em aceitar conceitos da Sociolinguística que desmitificam suas ideias. Como diz Neves (2003, p.53): “Um conhecimento mínimo das descobertas da Sociolinguística, uma noção mínima dos conceitos de variação e mudança bastam para alijar das obras gramaticais a colocação explícita de preconceitos contra a *modernitas*”. Existe, entre eles, a confusão entre os conceitos de “gramática normativa” e de “língua”; a dificuldade em aceitar a existência de várias gramáticas, inclusive a internalizada; e, o ponto crucial, a dificuldade em enxergar as implicações de conceitos como esses, no ensino de língua portuguesa para a educação básica. Uma pergunta: por que esse desejo tão grande e

³ Doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa na UNESP, *Campus* Araraquara – bolsista do CNPq e professora do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE, *Campus* Foz do Iguaçu-PR, Brasil. E-mail: chomsky1928@yahoo.com.br

generalizado em aprender gramática normativa (conhecida leigamente apenas como “gramática”)?

O segundo ponto de inquietação que tem me instigado é o (quase) desconhecimento de professores do ensino básico sobre esses conceitos da Sociolinguística e a também resistência dos mesmos em aceitá-la como uma “ferramenta”, uma base teórica importante para suas aulas. Isso é possível perceber nos cursos de formação continuada do qual participo todos os anos e, todos os anos, são praticamente os mesmos professores e, todos os anos, percebemos o mesmo desconhecimento sobre questões consideradas vitais e a mesma resistência por esses conceitos. Esses professores, apesar de parecer conhecerem (terem ouvido falar, *já* terem ouvido falar) (n) as teorias linguísticas atuais que desmitificam crenças e atitudes preconceituosas tanto sobre ensino de língua portuguesa (ANTUNES, 2007), como sobre a própria língua (BAGNO, 2003)⁴, continuam a desenvolver com seus alunos atividades gramaticais que, quase sempre, resumem-se em atividades metalinguísticas. Conforme Neves (2003, p.150), atividades “para praticar o esporte de dar nome a certas palavras que nele ocorrem”. Vários são os autores que trazem exemplos concretos desse tipo de atividade nas escolas e, o que se torna agravante, dadas recentemente. Antunes (2007) descreve um exercício (que ela mesma enfatiza como “recém-proposta”) dado em uma escola de ensino fundamental, tendo como base (pré-texto) uma estrofe da composição *Comunhão* de Milton Nascimento, cujo objetivo era apenas nomear classes gramaticais: “escreva os substantivos abstratos do terceiro e do último verso”; “produza duas frases que contenham substantivos coletivos”; “que substantivo composto podemos formar com o substantivo chuva?” (p. 126-127.). Chegam a parecer absurdos exercícios como esse, diante de tantas propostas de se trabalhar gramática normativa numa perspectiva epilinguística como as que há atualmente.

Mariani (2008) escreve interessante artigo – na revista “Caderno de Letras” da UFF, dossiê “Preconceito Linguístico e Cânone Literário” – em que postula a origem do preconceito que os falantes brasileiros têm sobre sua própria língua (materna). Ela propõe a questão: “como é possível introjetar, ou melhor, naturalizar uma visão preconceituosa com relação ao próprio modo de falar?” (p.30). E a responde dizendo que: “Tal crença, ou suposição... e tal internalização foram possíveis em função de uma tradição legitimadora... de uma determinada forma de falar em detrimento de outra.” (p.31). São suas palavras finais no artigo:

Muitos brasileiros, então, não se identificam com o que é chamado língua nacional, não se identificam com essa representação que projeta um imaginário de unidade, sentem-se excluídos e, como os enunciados atestam, acabam por introjetar um preconceito contra seu próprio modo de falar⁵. Há, em termos discursivos, uma contra-identificação (cf. PECHEUX, 1988 [1975] *apud* MARIANI (2008)) de grande parte dos brasileiros com a língua que fala.

Oliveira (2008), em artigo nessa mesma revista, também postula que esse pensamento sobre existência de desempenhos linguísticos superiores e inferiores está na origem da própria sociedade “e na sua híbrida formação étnico-cultural; está nas profundas distinções socioeconômicas que nos caracterizam; está na diversidade geográfica nacional com suas cores locais e dialetos; está na presença de estrangeirismos, como marcas da globalização, enfim, está por toda a parte” (p.116). E Marta Scherre, em entrevista a Jussara Abraçado (ABRAÇADO, 2008, p.15), também afirma isso: “Eu diria que a fonte de dominação

⁴ Ou seja, a postura do professor em sala de aula ministrando a disciplina e o que ele pensa sobre língua, sobre o que é falar “corretamente”.

⁵ Incluimos, aqui, o modo de falar dos outros também.

linguística está na sociedade. Penso que a escola nada mais é do que o reflexo da sociedade. O sistema escolar, na maior parte das vezes, apenas reforça o que a sociedade pensa e quer”.

A isso se refere o terceiro e último ponto de inquietação de nossa parte (esse conosco há mais tempo, desde que iniciamos os estudos sociolinguísticos): ao indivíduo que não tem contato com linguística, não é professor nem aluno, apenas passou pela escola, formou-se e não “admite” certos “erros de português” (mesmo sabendo, admitindo, que ele mesmo “não fala português corretamente”). Os comentários de pessoas com essas crenças podem ser vistos nos meios de comunicação e, atualmente, muito mais em meio eletrônico. O arcabouço bibliográfico sobre esse assunto é grande. A polêmica (graças às teorias linguísticas) também é grande. Por um lado, há os consultórios gramaticais, “gramatiquinhos”, personalidades conhecidas na mídia e admiradas pela população em geral por “saberem bem o português”. Ao lado desses, pessoas comuns, com boa escolaridade (médicos, jornalistas, engenheiros, dentistas, arquitetos, advogados, etc.), que defendem a integridade da língua em colunas de jornais impressos e também na internet. Scherre (2005) faz uma dura crítica à mídia que, achando que presta um serviço à comunidade, na realidade, dissemina preconceito:

Se não fosse a confusão entre língua e gramática normativa, entre língua falada e língua escrita e as deprimentes associações entre língua e inteligência/burrice, competência/incompetência, beleza/feiúra (...) todas as colunas de dicas de português espalhadas por jornais, revistas e tevês, prestariam um grande serviço à comunidade. Mas a mídia presta um desserviço, porque com elas reforça um dos aspectos mais sórdidos do ser humano: a divisão entre classes e a exclusão social (capa do livro)

De outro lado, muito timidamente, estão os pesquisadores da linguagem que, de vez em quando, escrevem para um jornal ou revista, criticando e tentando mostrar as origens de uma expressão considerada errada, ou justificar o emprego de um termo inaceitável pelas pessoas. Ao lado desses, ninguém! Segundo Chambers, *apud* Roncarati (2008, p. 51):

...as forças que prestigiam a variante standard são mais cristalinas: a academia e as gramáticas tradicionais proíbem usos mais coloquiais ... Pais de classe média defendem uma boa linguagem; professores corrigem o uso dos alunos; cartas ao editor deploram usos não prescritos; um falante desculpa-se pelo seu modo de falar errado ou por erros de ortografia ou gramática; não se reclama da hipercorreção na mídia ou da uniformidade de sotaque entre locutores de telejornais. Mas as pressões sociais que defendem a variante não Standard não têm lobistas identificáveis.

François (1979, p. 87) explica por que a atitude prescritivista é “tão difundida, tão forte, em matéria de linguagem”:

... em virtude de consistir num instrumento de comunicação, a língua é um bem comum, do qual todos os seus usuários são depositários. Assim, diferentemente de outros domínios da ciência, todos se atribuem o direito de cuidar da língua.

Apesar de todos os problemas por que passa a escola, tudo o que ainda falta fazer para que se obtenha um ensino-aprendizagem mais eficiente, ela é a única instituição por meio da qual é possível divulgar, propagar ideias não preconceituosas sobre a linguagem. Fora dela, isso se torna muito difícil. Não há espaço na mídia. Tudo o que aparece em todos os meios de comunicação de massa é uma apologia a um ensino de língua portuguesa que privilegia os

alunos que já chegam à escola falantes de uma variante culta e menoscaba os que não dominam essa variante.

Essa impossibilidade de fazer chegar à população em geral, conceitos da Sociolinguística contra o preconceito linguístico é minha maior inquietação. A origem do preconceito está na sociedade e não na escola, mas é apenas por meio da escola que se pode conseguir (ao menos, tentar) fazer algo para amenizá-lo.

2. A pesquisa

Diante dessa inquietação, resolvi fazer uma pesquisa que comprovasse o preconceito linguístico por parte de professores e alunos de educação básica; que trabalhasse com esses professores, no sentido de, discutir com eles os pressupostos da Sociolinguística e compor algumas atividades que tivessem como objetivo desmitificar o preconceito que encontraríamos entre os alunos.

Primeiramente, realizei a seleção dos professores que participaram da pesquisa, aleatoriamente, apenas convidando alguns que já conhecia, por terem sido meus alunos de graduação ou já terem participado de projetos de extensão na universidade onde trabalho. Assim, seis professores se dispuseram a participar, sendo que, desses, escolhi quatro, em função das séries com que estavam atuando: três que trabalharam com 6º. ano do ensino fundamental e um, com 1ª. série do ensino médio. A. Isso porque também foi objetivo do trabalho verificar se os resultados poderiam ser semelhantes em turmas mais avançadas. Considerando que as crenças preconceituosas com relação à linguagem podem ser constatadas desde muito cedo, julgamos mister que um trabalho, como o aqui relatado, seja iniciado também muito cedo, com as crianças ainda no fundamental.

Antes de começarmos as atividades em sala de aula, com os alunos, ficamos (eu e os professores) durante 4 meses, com encontros a cada 15 dias, estudando e debatendo alguns textos que versavam sobre a Teoria Sociolinguística, a questão da variação linguística (sua relevância para a educação, atualmente), a existência do preconceito linguístico na sociedade e na escola e os males que eles causam para as pessoas. Começamos falando sobre o Multilinguismo no Brasil, o quanto se ignora essa realidade, apesar das novas políticas que vêm sendo implementadas, e o quanto a escola poderia fazer para divulgar isso.

Porém, ainda antes de iniciarmos esses grupos de trabalho, realizei entrevistas semiestruturadas e apliquei um teste de crenças (adaptado de Cyranka (2007)), instrumentos que foram utilizados novamente depois de encerrados todos os trabalhos. O objetivo foi conhecer um pouco das crenças dos professores a respeito da língua(gem), como trabalham com essas questões e verificar se houve alguma mudança nessas crenças, com o trabalho realizado.

Depois, iniciamos as atividades com as 4 turmas acima descritas. Primeiramente, também, apliquei aos alunos um outro teste de crenças (também adaptado de Cyranka (2007)), que nos revelou o que eles pensavam sobre a linguagem e sobre a língua que eles e os outros falam. Depois, trabalhamos de acordo com os pressupostos da **teoria variacionista**, com atividades que os levavam a **discutir, debater e questionar** o modo como a língua (no caso, a língua portuguesa) é colocada, de modo geral, pelos professores aos alunos na escola. Vimos, de forma abreviada, a questão do multilinguismo no Brasil, como aqui não se fala apenas Português; que esse português é diferente do Português falado em Portugal e vimos, mais demoradamente, os tipos de variação linguística existentes - variação diatópica, diafásica, diamésica e diastrática. Para cada um desses tipos, procuramos atividades que fizessem os alunos terem ideia das dimensões da Sociolinguística, da relevância de se considerar os interlocutores e o contexto em que ocorre a interação, na análise da fala.

Durante todas as discussões, sempre surgia a questão do preconceito linguístico, sua ligação com a variação diastrática (bastante enfatizada), seus malefícios e a necessidade de uma mudança de atitude frente a ele.

Mas o diferencial de todo o trabalho foi a metodologia de ensino utilizada pelos professores (sempre com minha participação): a proposta de **conscientização** constante de uma rica bibliografia de Paulo Freire⁶, por meio de **diálogos**, despertando a **curiosidade** dos alunos, frente às questões que eram colocadas.

Ao término de todas as atividades, voltei a aplicar aos alunos o mesmo teste com a intenção de compará-lo ao primeiro e detectar (estatisticamente) possíveis mudanças em suas crenças sobre a língua. Analisamos cada uma das respostas dadas às assertivas constantes do teste em cada turma e também o resultado geral de cada turma.

Verificamos que os três 6^{os} anos tiveram um aproveitamento melhor durante o desenvolvimento das atividades e nas discussões, do que a 1^a. série A. Ratificamos que esse resultado aponta o caráter emergente de se realizar trabalhos incisivos como este até mesmo antes do 6^o. ano.

Além disso, foi explicitamente perceptível a mudança na postura dos professores, envolvidos no trabalho, com relação ao que consideravam “certo e errado” na língua. Uma das professoras se destacou ainda por uma mudança de atitude com relação a corrigir, inconsequentemente, a fala dos alunos. Eis um trecho do que disse na entrevista final: “*agora, eu sempre digo para o meu aluno que ele tem sim que aprender a língua padrão, mas nunca que ele fala errado...*”. Quanto aos alunos, muitos deles são representados pelo que uma aluna do 6^o ano B nos escreveu no último dia de aula:

*“Aprendi que não devemos julgar uma pessoa pela sua variação linguística. Cheguei a uma conclusão que 50% (sic) da população **considera o modo não-padrão errado** e isso **consertesa** (sic) é um preconceito que eu tinha antes de aprender que o modo não padrão não é “errado”, mas sim um jeito diferente... meu aprendizado foi muito bom porque com isso **posso repassar a outras pessoas e tentar evitar um pouco o preconceito linguístico.**”*
(grifos meus)

3. Considerações finais

Obviamente, não é possível, somente com os resultados de uma pesquisa de curta duração, como essa⁷, afirmar categoricamente a necessidade e urgência de um trabalho semelhante nas escolas. Entretanto, esses resultados apenas confirmaram o que expus na introdução deste texto, aquilo que a Teoria Sociolinguística vem postulando há décadas.

Existe um preconceito linguístico dos sujeitos com relação à língua que “eles” falam e que os “outros” falam, que na realidade é social. Esse preconceito: 1. não se limita a não valorizar determinadas variedades regionais (diatópicas) (como considerar caipira o uso do “fonema retroflexo”, por exemplo), mas, principalmente, a considerar “erradas” variedades faladas por pessoas pertencentes a classes sociais inferiores, ou seja, pessoas que, por terem baixo poder aquisitivo, não tiveram/têm oportunidade de uma boa escolarização e, conseqüentemente, não dominam a variante padrão. 2. apesar de não se limitar a alunos e professores (ao contrário, ser extensivo a toda a população, independente de classe social, escolaridade e sexo), não existe outro meio de se fazer um trabalho de conscientização sobre a

⁶Freire(1980); Freire e Faundez(1986); Freire (1999); Freire (2011)

⁷ Realizada em apenas um ano, sendo menor ainda (apenas 4 meses) o tempo trabalhado diretamente com os alunos.

realidade linguística que não seja dentro da escola e, especificamente, nas aulas de língua portuguesa. Esse trabalho deve ser iniciado o quanto antes, na educação básica, porque, do contrário, as chances de se reverter as crenças equivocadas sobre a língua/linguagem ficam cada vez menores.

Referências Bibliográficas

ABRAÇADO, J. Entrevista com Maria Marta Pereira Scherre sobre preconceito lingüístico, variação lingüística e ensino. *Cadernos de letras da UFF: preconceito lingüístico e cânone literário*, Niterói, v. 36, p. 11-26, 2008.

ANTUNES, Irandé. *Muito além da gramática: por um ensino sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 22. ed., 2003.

CYRANKA, L. F. M. *Atitudes lingüísticas de alunos de escolas publicas de Juiz de Fora-MG*. 2007. 178. Tese. (Doutorado em Letras) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

_____. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2003.

FRANÇOIS, Denise. *A noção de norma em linguística*. In: MARTINET, Jeanne. *Da Teoria linguística ao ensino da língua*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

FREIRE, Paulo. *Conscientização*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Moraes, 1980.

_____; FAUNDEZ, Antonio. *Por uma pedagogia da pergunta*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 17ª.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *Pedagogia da autonomia*. 43ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011

MARIANI, B. *Entre a evidência e o absurdo: sobre o preconceito lingüístico*. *Cadernos de letras da UFF: preconceito lingüístico e cânone literário*, Niterói, v. 36. p. 27-44, 2008.

OLIVEIRA, M. R. de. Preconceito lingüístico, variação e o papel da universidade. *Cadernos de letras da UFF: preconceito lingüístico e cânone literário*, Niterói, v. 36. p. 115 - 129, 2008.

RONCARATI, C. Prestígio e preconceito lingüísticos. *Cadernos de letras da UFF: preconceito lingüístico e cânone literário*, Niterói, v. 36. p. 45 - 56, 2008.

SCHERRE, M. M. P. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005.

PRODUÇÃO VOCÁLICA E SÍNDROME DE DOWN: PANORAMA GERAL

Marian OLIVEIRA(UESB)⁸
Vera PACHECO (UESB)⁹

Resumo: Considerando que a síndrome de Down (SD) é uma alteração genética que ocorre durante a divisão celular do embrião e acarreta, dentre outras coisas, hipotonia da musculatura orofacial e macroglossia, neste trabalho buscamos descrever as características acústicas das vogais orais produzidas por sujeitos com Down, partindo da hipótese de que as características anatômicas dos sujeitos com Down interferem no sinal acústico das vogais orais, quando produzida por eles. Com base na Teoria Fonte-Filtro, de Fant (1960), mensuramos em script, via Praat, os valores dos três primeiros formantes dos dados de 08 sujeitos adultos, dos sexos feminino e masculino, naturais de Vitória da Conquista, Bahia-Brasil, 04 com SD e 04 sem a síndrome. Os resultados mostram que há uma correlação entre as alterações do trato vocal dessas pessoas e a qualidade das vogais produzidas por eles.

Palavras-chave: Hipotonia. Macroglossia. Síndrome de Down. Vogais.

1. Considerações iniciais

Uma das questões mais problemáticas em torno da síndrome de Down (SD), alteração genética que gera hipotonia orofacial e macroglossia ou falsa macroglossia, diz respeito ao desenvolvimento das habilidades linguísticas. Auditivamente, a fala da pessoa com Down se difere da fala de pessoas sem síndrome. Diante desse problema, uma das questões que se pode formular é se tal diferença é meramente auditiva ou se tem implicação para o sistema linguístico.

Em relação à produção vocálica, nossa hipótese de trabalho é a de que as vogais orais produzidas por esses sujeitos apresentam características fonéticas diferenciadas, em função das alterações do seu trato vocal. Dessa forma, para verificar em que medida características fonatórias peculiares aos sujeitos com SD alteram ou não a qualidade das vogais produzidas por eles nos pautaremos na Teoria Fonte-Filtro, de Fant (1960), para avaliação da qualidade das vogais de pessoas com Down em comparação ao de pessoas sem a síndrome.

Assim, para cumprir o objetivo desse trabalho - determinar diferenças e semelhanças entre as vogais dos sujeitos com Down em relação àquelas produzidas por pessoas sem Down e com isso responder a questão central proposta - as alterações do trato vocal da pessoa com Down interfere na qualidade da vogal produzida por ele? Este trabalho está estruturado em 5 seções além dessas considerações iniciais: uma seção (1) em que apresentamos uma breve revisão sobre as vogais orais do português; (2) em que apresentamos, em linhas gerais, as características da SD e alguns estudos sobre a produção vocálica por esses sujeitos; no item (3), apresentamos a metodologia adotada na pesquisa; em seguida, item (4), apresentamos e discutimos nossos resultados; por fim, em (5), apresentamos nossas considerações finais.

⁸ Professora Adjunto do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. E-mail para contato: mdossoliveira@gmail.com.

⁹ Professora Titular do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. E-mail para contato: vera.pacheco@gmail.com.

2. Características fonético-fonológicas das vogais do português

Em termos fonológicos, os sistemas consonantais e vocálicos das línguas serão constituídos apenas por propriedades articulatórias distintivas, que constituem, dentro dos princípios estruturalistas, fonemas (Cf. CÂMARA JR).

Dentro da perspectiva estruturalista, Câmara Jr. (1992), com base no dialeto carioca, propõe que o sistema vocálico do português brasileiro possui 7 (sete) vogais distintivas em posição tônica: /a/, /e/, /ɛ/, /i/, /ɔ/, /o/, /u/, havendo redução desse contraste nas demais posições.

Dessa forma, o quadro vocálico do PB, de acordo com Câmara Jr. (1970), conta com cinco vogais em posição pretônica (/a/, /e/, /o/, /i/, /u/), quatro vogais em posição postônica não final (/a/, /e/, /i/, /u/) e, finalmente, com três, em posição átona final (/a/, /i/ e /u/).

A redução do sistema vocálico nas posições pretônicas ocorre em função do processo de neutralização de oposições entre as médias altas e médias-baixas a favor das médias-altas.

Uma segunda neutralização entre a vogal alta arredonda e a média alta arredondada resulta num sistema de quatro vogais da postônica não final e uma terceira neutralização com a perda do contraste entre as médias altas e as altas em proveito dessas últimas resulta no quadro de três vogais das sílabas átonas finais.

Em termos fonéticos acústicos, tendo por base os valores das frequências formânticas, somos capazes de classificar as vogais em dois tipos acústicos, quais sejam, compacto e difuso: a vogal [i] de timbre agudo e a vogal [u] de timbre grave seriam difusas, ao passo que a vogal [a], de tipo compacto ocuparia um lugar intermediário, pois todos os sistemas vocálicos são construídos sobre uma dupla oposição agudo vs grave [i] vs [u], difuso vs compacto [i] vs [a], [u] vs [a]. Como o português, todas as línguas alargam este sistema com uma série de vogais agudas: i ~ e ~ ε (MALMBERG, 1954).

Além disso, os valores das frequências formânticas podem trazer pistas das características articulatórias das vogais, pois a frequência do primeiro formante, F1, está relacionada à posição da língua no plano vertical e sofre influência do grau de abertura da boca e a frequência do segundo formante, F2, relaciona-se com a posição da língua no plano horizontal, ou grau de anterioridade (KENT; READ, 1992).

Em linhas gerais, portanto, podemos afirmar que na relação entre valores formânticos, configuração do trato vocal, e tipos de vogais o valor de F1 está relacionado com a elevação da língua na área vertical do trato vocal e com deslocamento da mandíbula de forma a estabelecer a diferença entre vogais altas e baixas; fechadas e abertas, conforme esclarece Kent e Read (1992).

Nesse sentido, podemos estabelecer as seguintes relações a) quanto mais alta uma vogal, menor será o valor de F1; b) quanto mais baixa uma vogal, maior será o valor de F1; c) quanto mais aberta uma vogal, maior será o valor de F1 e; d) quanto mais fechada uma vogal, menor o valor de F1.

Dessa forma, ainda de acordo com Kent e Read (1992), as vogais [i] e [u] apresentam os menores valores de F1, pois são vogais altas e fechadas, já a central [a] apresenta maiores valores em F1, por ser a vogal mais baixa e aberta. Segundo Motta Maia (1985, p.50) “o [i] soa mais agudo que o [a] porque tem dois formantes muito próximos numa região de frequência relativamente alta”.

Se por um lado os valores de F1 de uma vogal apresentam estreita relação com a altura e abertura vocálicas, por outro, os valores de F2 apresentam estreita relação com a anterioridade e a posterioridade da zona de articulação (o que configura de forma distinta o tamanho do tubo ressoador), pois os valores do segundo formante estão relacionados com o deslocamento da língua na área horizontal do trato vocal.

Diante disso, podemos afirmar que, por meio dos valores de F2, somos capazes de estabelecer a diferença entre as vogais anteriores e as vogais posteriores ou recuadas, a partir da seguinte relação: a) quanto mais posterior uma vogal, menor será o valor de seu F2 e; b) quanto mais anterior uma vogal, maior será o valor de F2, o que pode ser verificado pelos valores de F2 das vogais altas [i] e [u], quais sejam, a vogal [i], que é a mais anterior, possui maior valor de F2 e a vogal [u], que é a mais recuada, possui o menor valor de F2.

Os valores das frequências formânticas per si constituem importantes parâmetros acústicos na identificação do tipo de vogal que se está produzindo. Além desse parâmetro, podemos também avaliar a qualidade vocálica por meio do cálculo da distância dos valores de F1 e F2, conforme Kent e Read (1992).

De um modo geral, vogais fechadas tendem a ter diferenças maiores entre os valores de F1 e F2, ao passo que as vogais abertas tendem a ter menor diferença entre esses valores.

Os valores de F1 e F2 são comumente usados na análise das vogais, pois esses valores constituem parâmetros acústicos eficazes na determinação da qualidade vocálica.

3. Alguns aspectos fonético-fonológicos na síndrome de Down

Pouco se pode afirmar de maneira contundente e inequívoca no que se refere a questões linguísticas na síndrome de Down. Muito ainda há por fazer, uma vez que este é um campo pouquíssimo explorado.

Ressaltamos que o número de pesquisas e de publicações é ainda mais reduzido quando o tema é a fala de pessoas com SD, criança ou adulto, em seus aspectos fonéticos-articulatórios e/ou acústicos. Entre os poucos trabalhos que tratam o tema destacamos os de Strazzulla (1953), Bodine (1974), Smith e Oller (1981), Olbrisch (1982), Hamilton (1993). Agrava ainda mais o quadro, o fato de, em sua maioria, as pesquisas encontradas sobre este tema em particular além de serem bastante antigas são também de autoria de autores estrangeiros e pouco esclarecem sobre a realidade fonético/fonológica do Português do Brasil (PB). Vejamos, pois, em linhas gerais o que estes pesquisadores encontraram em suas pesquisas.

Segundo Strazzulla (1953), nos sujeitos com SD, o nível fonético é o mais comprometido em função das alterações dos órgãos fonoarticulatórios. Dos segmentos consonantais o mais comprometido é o [s], seguido das consoantes /z, f, v, θ, b, d, k, g/ por serem mais posteriores /k, g/ seriam os mais comprometidos. Ainda segundo a autora, os grupos silábicos quase não ocorrem na fala desses sujeitos, mas as nasais e os ditongos são facilmente detectáveis. A autora ainda observa que a expectativa de que a fala do sujeito com Down não saísse da fase de grunhidos é a causa da escassez de trabalhos sobre o tema. Dentre as condições estabelecidas pela autora para o sucesso da terapia de fala com esses sujeitos, destaca-se o controle muscular grosso.

Bodine (1974) assevera que a regularidade do sistema fonológico de pessoas com Down precisa ser descoberta ou a fala daquele parecerá ininteligível. Em suas análises com dois sujeitos de cerca de seis anos ele observou que a linguagem desses sujeitos é quantitativamente semelhante à de sujeitos sem Down.

Por seu turno, Smith e Oller (1981), comparando crianças com Down com crianças sem, investigam a existência de alteração quando do surgimento das sílabas duplicadas, ponto de articulação das consoantes e produção das vogais e concluem que existe uma diferença significativa entre as produções destes sujeitos, em face do comprometimento cognitivo e motor daqueles com a síndrome.

Olbrisch (1982) atribui os problemas de fala de pessoas com Down às alterações dos órgãos fonadores. Segundo ele, os problemas de fala dessas pessoas se devem ao tamanho e protrusão da língua, além da cavidade oral pequena. Ainda segundo o autor, cirurgia de

redução da língua tem se mostrado eficaz para a diminuição de tais dificuldades, trazendo maior inteligibilidade à fala dessas pessoas.

Em suas reflexões sobre os padrões articulatórios na síndrome de Down, Hamilton (1993) avalia que problemas de fala apresentados por sujeitos com SD, normalmente, são atribuídos a algumas desordens, tais como a disartria. Segundo Hamilton (1993), o transtorno é maior para pronunciar os fonemas labiais (/p/, /b/, /m/), alveolares (/t/, /d/ /n/ /l/), os quais são omitidos ou distorcidos durante a pronúncia. Assim ela investiga os padrões articulatórios na produção dos sons alveolares /t, d, n, l/ e os velares /k, g/ por sujeitos adultos com SD, usando eletropalatografia (EPG).

A autora esperava, com o uso desse método, determinar o padrão da articulação dos sons /t, d, n, l, k, g/ por três jovens adultos com Down e compará-lo com dados de eletropalatografia de um sujeito sem desordem de linguagem.

De acordo com os resultados obtidos por Hamilton (1993), na produção de consoantes alveolares [t,d,n] dados de EPG mostram contato da língua na região palatal além do contato com a região alveolar, previsto para esse tipo de consoante e do contato adicional irregular na região velar na produção do [l]. Na produção de consoantes velares [k, g], é verificado contato inadequado ou incompleto da língua no palato.

Padrões diferenciados também são observados para as fricativas. As fricativas [s, ʃ] apresentam padrão de produção similar entre si, podendo-se observar aumento de contato da língua na região palatal.

Diante desses resultados, a autora encontra evidências do comprometimento do controle muscular da língua o que acarreta movimentos lentos, dificuldade do controle da ponta da língua, dificuldade no planejamento de ações articulatórias, o que resulta em alongamento da duração da oclusão, transições longas entre as consoantes de clusters consonantais e assimetria e variabilidade em algumas articulações.

Resultados de Oliveira (2011) endossam nossa hipótese. Em trabalhos recentes sobre falantes do português brasileiro com SD, os pesquisadores além de descrever o padrão acústico das vogais orais do PB produzidas por sujeitos com Down relacionam seus achados com as características anatômicas do trato vocal desses sujeitos e, dentre outras conclusões, os autores afirmam que as diferenças no padrão formântico desses segmentos estão relacionadas à hipotonia e macroglossia apresentadas por pessoas com SD.

4. Sobre a Teoria Fonte-Filtro

Tendo em vista os objetivos desse trabalho é necessário lançar mão de um arcabouço teórico que forneça o aparato necessário para a descrição e compreensão do fenômeno que vamos analisar e que envolve a compreensão do sistema de produção da fala em seus aspectos fisiológicos e acústicos, uma vez que o trabalho proposto relaciona modo de produção e sistema acústico da fala.

Nesse sentido, a Teoria Acústica de Produção da Fala, ou Teoria Fonte-Filtro, de Fant (1960), oferece os subsídios necessários para o entendimento da relação acústico-articulatória na produção da fala, isto é, por meio dessa teoria será possível deduzir como se dá a articulação das vogais produzidas pelos sujeitos com Down, ao mesmo tempo em que fornece fundamentos para análise acústica da fala. A partir das características acústicas encontradas, é possível que possamos entender o quanto das características físicas desses sujeitos interferem na produção vocálica deles.

Segundo essa teoria, a geração de fontes acústicas e a filtragem delas pelo trato vocal resultam em sinal acústico. O trato vocal, ao assumir diferentes configurações na produção da fala, funciona como um filtro acústico que, a partir do sinal emitido, fornecerá pistas sobre a

maneira como um som foi produzido. Conforme Fant (1960), o filtro pode reforçar ou enfraquecer certas frequências e as cavidades orais e nasais formam um filtro conjunto. Por isso essa teoria é conhecida por relacionar trato vocal com sinal acústico, conforme Kent; Read (1992).

Na produção de cada som, esses articuladores (língua, lábios etc) irão se posicionar de forma determinada de maneira a obter as frequências específicas, uma vez que as frequências de ressonância de um [a], por exemplo, não são as mesmas de um [i].

5. Material e método

Analizamos os dados de 04 sujeitos com Down, naturais de Vitória da Conquista, com faixa etária entre 17 e 31 anos e 04 sujeitos sem Down. Os dados foram obtidos a partir da repetição de sintagmas nominais, formados a partir de palavras núcleos que continham as sete vogais do PB em diferentes posições silábicas - pretônica (PT), tônica (T), postônica final (AF). Os dados foram mensurados em script, via Praat; foram medidos os valores de F1, F2 e F3, das vogais orais. Para análise do espaço vocálico foram considerados os valores de F1 e F2.

As diferenças entre as médias dos valores de F1, F2 e F3 das vogais nas diferentes posições silábicas foram avaliadas através do teste estatístico não paramétrico KruskalWallis. Foram consideradas diferenças significativas, entre as médias, os valores de p menores que 0.05, para alfa=0.05. A seguir, apresentamos os resultados a que chegamos em nossas análises.

6. Qualidade vocálica e síndrome de Down

É com base na relação entre configuração do trato vocal e parâmetros acústicos que propomos refletir sobre uma possível relação entre a qualidade das vogais produzidas e suas inferências articulatórias com base nas características anatômicas orofaciais particulares dos sujeitos com Down.

Os sujeitos com síndrome de Down apresentam, como uma das características fenotípicas, a hipotonia muscular geral e orofacial em particular, e a macroglossia. A primeira refere-se à flacidez muscular, podendo haver uma redução da força dos músculos; a segunda consiste no fato de esses indivíduos possuírem pequena cavidade oral, tornando a língua maior e com menos espaço intra-oral para se movimentar. Além disso, quando adulto, como é o caso dos sujeitos participantes desta pesquisa, a língua tende a apresentar estrias e o palato tende a se estreitar.

A análise acústica realizada por nós das vogais produzidas em diversos tipos de tonicidade silábica, pelos sujeitos com a síndrome, revela-nos que: i) os sujeitos com a síndrome possuem a relação entre padrão formântico e tipo de tonicidade silábica particular; ii) produzem vogais com qualidade acústica diferentes das produzidas pelos sujeitos sem Down.

Relacionando configuração formântica e níveis de tonicidade silábica, percebe-se que os sujeitos com Down tendem a produzir a vogal /a/ mais aberta quando está em PT1 e não na posição tônica como é o esperado, quase não sendo feita a distinção fonológica entre vogais tônicas e átonas.

No tocante à vogal alta /i/, no que se refere à abertura, podemos afirmar que assim como em /a/, o sujeito com Down também não diferencia no aspecto formântico uma vogal /i/ tônica de uma átona; nota-se ainda uma diferenciação no que se refere ao sexo do sujeito na produção da vogal /i/: por um lado, sujeitos femininos com Down tendem a produzir a vogal alta /i/ de forma menos fechada e menos anterior em relação aos sujeitos femininos sem Down; por outro, sujeitos masculinos com Down tendem a produzir essa vogal mais

anterior e com maior diferença entre o tamanho das cavidades anterior e posterior.

Confirmando a tendência, também na produção da vogal alta /u/, novamente, os sujeitos com Down não realizam a vogal /u/ com configuração formântica particular a depender da tonicidade silábica em que se encontra e isso ocorre tanto entre os homens quanto entre as mulheres; além disso, enquanto a configuração acústica de F2 nos sujeitos sem Down tende a ser menor o que lhe confere caráter mais posterior, nos sujeitos com Down a mesma vogal apresenta F2 maior, o que equivale a dizer que o deslocamento da língua destes em direção à cavidade laríngea é menor.

No que se refere à vogal /ε/, confirma-se a tendência da vogal baixa, pois essa vogal tende a apresentar o mesmo grau de abertura para todos os tipos de tonicidade silábica quando é produzida por sujeitos com Down. No tocante ao padrão formântico nas diferentes posições silábicas, a produção dos sujeitos femininos com Down aproxima-se mais da produção dos sujeitos femininos sem. O mesmo não ocorre em relação aos homens. Percebe-se, também, que homens e mulheres com Down apresentam características diferentes no que se refere à marca dialetal de realização da vogal /ε/ em posição pretônica: as mulheres tendem a realizar essa vogal na posição pretônica com grau de abertura ainda maior que os sujeitos femininos sem Down, ao passo que os homens com Down a realizam com grau de abertura significativamente menor do que os sem a síndrome.

No tocante à vogal /ɔ/, em se tratando da relação entre configuração formântica e grau de tonicidade silábica fica evidente, pelos dados analisados, que os sujeitos com Down tendem a produzir essa vogal com menor grau de abertura nas sílabas pretônicas. Nota-se ainda que a vogal /ɔ/ produzida por sujeitos masculinos com Down possui mais diferenças em sua configuração do que a dos sujeitos femininos com a síndrome. A marca dialetal de manter a vogal média aberta em posição pretônica, característica das regiões Norte-Nordeste e bem presente no dialeto conquistense é marcadamente mantida na fala dos sujeitos de sexo femininos com síndrome de Down, enquanto que nos homens isso não ocorre de forma tão acentuada.

Em se tratando das vogais médias altas /e/ e /o/, pode-se afirmar que na média alta anterior /e/ a relação entre o padrão formântico e o grau de tonicidade silábica é estabelecida de forma diferente para as realizações da vogal /e/ falada pelos sujeitos com e sem Down, sendo que aqueles que têm a síndrome não apresentam alteração quanto ao grau de anterioridade em função da tonicidade silábica. A gradação de mais anterioridade na tônica e menos nas átonas que se percebe nos sujeitos sem Down, não se nota no caso da produção dos sujeitos com síndrome. Estes, por sua vez, também não apresentam um padrão formântico bem delimitado para a vogal produzida nos diferentes tipos silábicos. Esses sujeitos apresentam as frequências de F1 e F2 iguais em todos os tipos silábicos e frequências de F3 de T iguais a de PT2 e diferentes de PT1, ou podem possuir as frequências de PT2 iguais e de PT1 e diferentes de T. Em se tratando do grau de abertura, a vogal produzida por sujeito com Down pode ter maior grau de abertura na sílaba tônica e tende a ter menor tamanho da cavidade anterior na sílaba tônica, que, por vezes, pode estar próximo aos valores encontrados na PT1 e/ou PT2.

Os sujeitos com Down não realizam a vogal /o/ com padrões formânticos característicos para um ou outro tipo silábico. As diferenças atestadas constituem evidências para a hipótese de que essas diferenças estão mais relacionadas às características individuais do que a um padrão formântico que possa estar associado à síndrome. Os resultados sugerem fortemente que o grupo de sujeitos sem a síndrome realiza a vogal /o/ de forma menos recuada nas sílabas PT1 e PT2 se contrastarmos com a vogal realizada em sílaba tônica. Resultados diferentes são obtidos ao se comparar a vogal /o/ produzida por sujeitos femininos com e sem Down e sujeitos masculinos com e sem a síndrome: as diferenças encontradas entre padrão formântico da vogal produzida pelos sujeitos femininos com e sem Down não

podem ser atribuídas ao perfil de um ou outro grupo. Mas ao compararmos a produção vocálica dos sujeitos masculinos com e sem a síndrome é possível estabelecer determinados padrões típicos relacionados a um e outro grupo masculino. Sujeitos masculinos com Down apresentam menores valores significativos de F1 em PT1, PT2 e POST e maiores de F2 em PT1, T e POS.

Diante dos resultados acima resumidos, podemos confirmar a hipótese geral dessa tese de que as alterações do trato vocal dos sujeitos com SD, quais sejam, a hipotonia orofacial e a macroglossia ou falsa macroglossia ou cavidade oral pequena acarretaria em alteração da qualidade das vogais produzidas por esses sujeitos.

Não é redundante lembrarmos que os sujeitos com síndrome de Down apresentam, como características fenotípicas, a hipotonia muscular geral e orofacial em particular, e a macroglossia ou falsa macroglossia ou cavidade oral pequena. A primeira refere-se à flacidez muscular, podendo haver uma redução da força dos músculos; a segunda consiste no fato de esses indivíduos possuírem pequena cavidade oral, tornando a língua maior e com menos espaço intraoral para se movimentar. Além disso, quando adulto, como é o caso dos sujeitos participantes desta pesquisa, a língua tende a apresentar estrias e o palato tende a se estreitar.

Em nossos dados, é uma constante a ausência de relação entre padrão formântico e grau de tonicidade silábica encontrada para todas as vogais produzidas pelos indivíduos com a síndrome, isto é, aparentemente, os sujeitos com Down não distinguem a vogal pela sua tonicidade. Acreditamos que isso deve ser atribuído a hipotonia orofacial e a macroglossia que ele apresenta. Em virtude dela, o sujeito não consegue o controle motor necessário para manter a “força expiratória” necessária para estabelecer a tensão necessária a uma vogal tônica. Em outras palavras, o sujeito com Down tem como manter o controle fino de atividades musculares para se garantir a maior força e energia sob aquela porção da palavra e não de outra.

É impossível, pois, não notarmos as diferenças entre o padrão acústico das vogais orais produzidas por sujeitos com Down em relação às mesmas vogais produzidas por pessoas sem a síndrome. Também é impossível não considerarmos que a razão disso é a alteração que aqueles sujeitos apresentam no seu trato vocal.

Contudo, podemos afirmar, também, que os sujeitos com Down, em meio as suas especificidades anatômicas, ajustam trajetórias articulatórias de modo a garantir os contrastes vocálicos de maior demanda. Seu padrão acústico diferenciado não compromete o que é opositivo ou fonológico. Ao contrário, até características fonético-dialetais, como a realizações de vogais médias baixas [ɛ, ɔ] em posição pretônica, típicas do dialeto de Vitória da Conquista, também são percebidas na fala das pessoas com síndrome de Down aqui estudadas.

7. Considerações finais

As especificidades anatômicas dos sujeitos com Down podem, de fato, alterar-lhe os padrões formânticos de suas vogais, podendo trazer para o seu ouvinte uma dificuldade de compreensão a uma primeira vista, mas sem comprometer-lhe o ato comunicativo, pois, em suas realizações sonoras macro características acústico-articulatórias das vogais estão garantidas.

É evidente na proposta de Teoria Fonte-Filtro (FANT, 1960) que a realidade física de um segmento está diretamente relacionada com as configurações assumidas pelo trato vocal durante a sua emissão. Dito isso, podemos resumir as seguintes conclusões: tanto para sujeito com, bem como para sujeito sem Down, somos capazes de identificar zonas espectrais que opõem vogais fechadas de vogais abertas; vogais anteriores de vogais posteriores, por exemplo. Além disso, se por um lado as especificidades anatômicas dos sujeitos com Down

podem, de fato, alterar-lhe os padrões formânticos de suas vogais, podendo trazer para o seu ouvinte uma dificuldade de compreensão a uma primeira vista, não há comprometimento do ato comunicativo, pois, em suas realizações sonoras macro características acústico-articulatórias das vogais estão garantidas. O sistema fonológico do PB, no que se refere às vogais orais, portanto, está preservado, nos sujeitos com síndrome de Down, naturais de Vitória da Conquista.

Referências Bibliográficas

BODINE, A. A phonological analysis of the speech of twi mongoloid Down's syndrome boys. In: *Antropological linguistics*. 16 (1), 1-24, 1974.

BOERSMA, P.; WEENINK, D. PRAAT: doing phonetics by computer (Version 4.4.23) (Computer program), retrieved 12 June 2006, from <http://www.praat.org>.

CÂMARA JR., J. M. Estrutura da língua portuguesa. (21^a ed.) Petrópolis: Vozes, 1992.

FANT, Gunnar. *Acoustic Theory of Speech Production*. Mouton: The Hague, 1960.

FERREIRA, Letânia. High initial tones and plateaux in spanish and portuguese neutral declaratives: consequences to the relevance of F0, duration and vowel quality as stress correlates. Tese (Doutorado). University of Illinois Urbana-Champaing, UIUC, Estados Unidos, 2008.

HAMILTON, C. Investigation of the articulatory patterns of young adults with Down syndrome using electropalatography. In: *Down syndrome research and practice*. Vol 1 No 1. 15-28, 1993.

KENT, R. D.; READ, C. *Accoustic Analyses of Speech*. San Diego: Singular Publishing Group, 1992.

MALMBERG, B. *A fonética: no mundo dos sons da linguagem*. Editora Livros do Brasil, Lisboa: 1954. (Coleção Vida e Cultura).

MUSTACCHI, Z.; PERES, S. - *Genética baseada em evidências - síndromes e heranças*. São Paulo, CID Editora, 2000.

OLBRISCH, R. R. Plastic surgical management of children with Down's syndrome: indications and results. In: *British journal of plastic surgery* . 1982, 35, 195-200.

OLIVEIRA, M. Sobre a produção vocálica na síndrome de Down: descrição acústica e inferências articulatórias. 2011. 309f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Capinas. Campinas, 2011.

SMITH, B. L; OLLER, D. K. A comparative study of pre-meaningful vocalizations produced by normally developing and Down's syndrome infants. *Speech Hear Disord* 1981; 46: 46-51.

STRAZZULA, M. Speech problems of the mongoloid child. In: *Quarterly review of paediatrics*. 8, 268-272, 1953.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA NA BAHIA E REGISTROS DE UM DE SEUS LADOS... NEGROS?

Antonia da Silva SANTOS (UFBa)¹⁰

Resumo: Marcas históricas gravaram o modo de vida de africanos escravizados habitantes da Santa Casa de Misericórdia, na Bahia do século XIX, o que, na verdade, não garante o reconhecimento da remanescente cultural da versão identitária interna ou externa daquela comunidade. Neste trabalho, pretende-se apresentar uma visão de registros de assentamento de sujeitos de diferentes nações, sujeitados à Santa Casa, e que, talvez, tenham rompido barreiras e atingido histórias comuns.

Palavras-chave: escravizados, registros, fotógrafo, social, libertos.

1. Introdução

É sabido que, durante mais de três séculos, o Brasil recebeu milhões de africanos que, permeados à miséria, sofrimento e dores da extração da convivência com suas famílias, suas aldeias, seu continente, foram deportados e, no século XIX, o Brasil Imperial apareceu como a única nação independente que praticava o tráfico negreiro em larga escala, ilegalmente.

Neste trabalho, é tomada uma instituição estendida em vários cantos do país e do mundo, a Santa Casa de Misericórdia na Bahia, seu comportamento e as figuras discursivas e as determinações sócio-históricas que foram manifestadas na Bahia Colonial e na Bahia Imperial.

E nesse jogo entre o querer fazer bem aos “iguais”, aos que cumpriram seus compromissos sociais, foi caracterizado, passionalmente, o sujeito. Assim, pode se observar a sanção negativa ao Ser que, por não cumprir o desejo de Outrem, a observar, o branqueamento da sociedade ou de pureza lingüística, pode ser reconhecido como mau cumpridor dos acordos sociais, ou seja, *pretos ignorantes, usuários de língua incorreta, índios bárbaros, judeus exploradores, árabes fanáticos* e, punidos com a perda de direitos, de emprego, com a morte e outros tipos de sanção é o que afirma Marli Q. Leite (2009). Neste sentido, como uma penalização aos considerados “maus”, a intolerância e o preconceito encontram justificativa, o que provoca uma retomada dos estudos africanos, numa luta contra o racismo, com o desejo de uma visibilidade do negro (a), no presente, através do seu passado.

Ao fazer uma possível distinção daquilo que se pode dizer quanto aos sentidos das palavras preconceito e intolerância, vê-se que as palavras estão equiparadas numa relação de sinonímia. Pode-se mostrar que preconceito é a idéia, a opinião ou o sentimento que pode conduzir o indivíduo à intolerância, à atitude de não admitir opinião diferente da própria, o que revela uma primeira diferença, ou seja, o traço semântico mais forte registrado no sentido de intolerância é ser um comportamento, uma reação a uma idéia contra a qual se podem fazer objeções, ao passo que um preconceito, ao contrário, pode jamais se revelar e, por isso, existe antes da crítica, é o que fala Leite (2009).

É importante destacar que o preconceito é a discriminação silenciosa e sorrateira que o indivíduo pode ter em relação ao outro, seja quanto à linguagem do outro, à cor da pele ou às características físicas e sociais. A intolerância é ruidosa, explícita, porque necessariamente se

¹⁰ UFBa, Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: antonili20032003@yahoo.com.br

manifesta por um discurso metalingüístico, necessariamente calcado em julgamento de idéias, valores e opiniões.

2. Um pouco da Santa Casa de Misericórdia na Bahia

Ao longo da História, a Santa Casa de Misericórdia, instituição ligada diretamente à fundação da Cidade do Salvador, estabelecida no século XVI, em 1549, foi criada num contexto avaliado ao atendimento de diferentes necessidades humanas e sociais.

No século XIX, a Santa Casa tornou-se acionista forte dos bancos, o que garantia e firmava o seu prestígio perante a sociedade da época. É contado por Carlos Ott (1960, p. 25), que haviam sido feitas diversas doações dos ricos daquela ocasião e que ninguém experimentou mais fortemente, os preconceitos de classe, credo e cor, do que os irmãos aristocráticos, católicos e brancos da Misericórdia. Russel-Wood (1981, p. 107) destaca os irmãos da Misericórdia com seus preconceitos, refletindo as principais pressões e tensões que existiam na Bahia Imperial. Cita, ainda, a não permissão da Santa Casa, relacionando o preconceito racial à concessão de dotes que as moças paroquianas da cidade do Salvador superassem nas listas dos benfeitores de dotes.

Se, por um lado, era construída a imagem de uma instituição beneficente, de assistência social, sem fins lucrativos e de inspiração, Russel-Wood (1981, p. 147) acrescenta que, por outro, a Santa Casa permitia que, homens e mulheres negras carregassem os traumas resultantes da ruptura com as suas comunidades e reinos originários, desenvolvendo os traumas da condição escrava, da população alheia, das insubordinações física e social, inclusive, como objetos de transações entre mercadorias, senhores e funcionários.

Com o decorrer do tempo, a Santa Casa ampliou-se e aperfeiçoou suas ações, dedicando-se às obras de assistência médica, à infância, à educação e à administração de cemitérios, crescendo no seu prestígio social, não só a partir da importância econômica da Bahia na época do Brasil Colônia, como pelos provimentos de doações em espécie, de créditos de terceiros, de terrenos, de canoas, de animais como bois, vacas, cavalos e até, escravos.

Se havia a pretensão de libertar os cativos, o mesmo não se pode dizer sobre os escravos doados àquela instituição, afirma Pires Lima (1949), pois, os escravos eram *rejeitados, considerados inválidos ou viciosos, insubordinados e incorrigíveis*, à ordem dos serviços das Repartições a cargo da Santa Casa.

3. As nações na Santa Casa de Misericórdia na Bahia

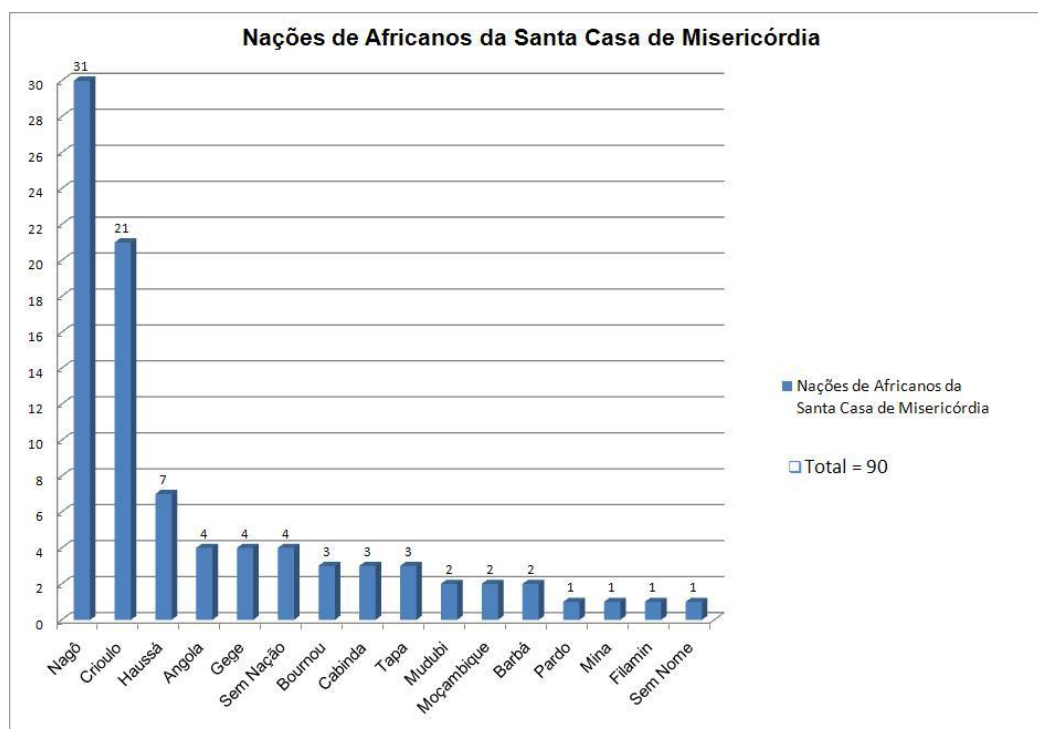
Considerando que a diversidade enriquece as sociedades, é fortalecido o intuito de aprofundar as características das nações de origem africana, responsável pelo crescimento populacional do país. O termo “nação” provém do século XVIII, caracterizando-se no sentido de um grupo de pessoas ligadas pela língua, pela ascendência ou história compartilhada, formando um povo distinto, assente em princípios de pertença territorial física, que originam identidades culturais.

Nação é um termo que ainda pode ser aplicado à raça, casta, espécie, reconhecendo a possibilidade de partilhar um território associado a interesses, costumes, a uma língua comum. Segundo Mariza Soares Carvalho (200, p. 114-115), o termo não corresponde, necessariamente, a um grupo étnico, inclusive pode ser resultante de vários grupos étnicos embarcados num mesmo porto, no caso dos africanos ou daqueles reunidos num mesmo aldeamento missionário, no caso dos indígenas.

Os nomes de nação revelam uma série de articulações, uma rede de sociabilidade, a partir da interligação de todas as partes de projetos do mundo, uma vez que as culturas mundiais ligam-se umas às outras, ou através das instituições ou da história, ou dos textos, existe algo a ensinar à raça humana a que todos pertencemos.

Relaciona-se assim, as nações *angola, nagou, pardo, crioulo, haussa, gege, bournou, cabinda, mudubi, mina, filamin, Moçambique, tapa e barba*¹¹, da relação de assentamento dos escravos da Santa Casa de Misericórdia na Bahia, no período de 1830¹² a 1872.

Figura 1 – Nações de africanos da Santa Casa de Misericórdia



Fonte: Arquivo da autora

Os nagôs eram em maior número dos escravizados habitantes da Santa Casa de Misericórdia, naquele período, conforme figura 1. A nação nagô era o etnônimo ou autodenominação de um grupo de fala ioruba que habitava a região de Egbado, na atual Nigéria, mas que emigrou e se disseminou por várias partes da atual República do Benin é o que afirma Nicolau Parés (2007, p. 25).

A *nação haussa*, possivelmente, teria reforçado sua identidade étnica, mantendo o uso da língua e relações restritas ao interior do grupo. Necessitavam de uma unidade grupal para manutenção do controle do comércio, no século XVIII.

Manuela Carneiro Cunha (2012, p. 118-119) relata que, revoltas desses grupos, juntamente com os nagôs, haviam sido facilmente debeladas pelas autoridades portuguesas que praticavam uma política de discriminação racial. Também estavam frequentemente, em guerra entre si e as denominações mais precisas remetiam às Cidades-Estado, permitindo-lhes

¹¹ AHSCM, LIVRO 220. Foi conservada a escrita, conforme o original.

¹² É sabido que, da mesma forma que o tratado anglo-português de 1818 vetava o tráfico no norte do Equador e na sequência do tratado anglo-brasileiro de 1826, a lei de 7 de novembro de 1831 proibiu a totalidade do comércio Atlântico de africanos no Brasil, assegurava plena liberdade aos africanos introduzidos no país, após a proibição.

a identificação de origem africana, a partir de esscarificações específicas no rosto. (CUNHA, 2012, p. 38)

O sentido geral da designação da *nação mina*, afirma Robin Law (2006, p. 110-111) refere-se à etnia de africanos escravizados nas Américas, efetivamente relacionado à Costa do Ouro e a pessoas dela originárias, mesmo que assentadas noutras regiões.

A *nação mundubi* é uma denominação étnica que surge registrada na Bahia, a partir de 1812 e que, embora muito freqüente, parece mais utilizada a partir de 1830 (PARÉS, 2007, p.29).

Os escravizados hauçás, tapas (também chamados de nupes) e barbas ou baribas eram etnias já islamizadas há algum tempo, aliado à época da importação maciça de iorubás, ou seja, também habitantes ou oriundos de Oyo.

Acredita-se que o termo referente à *nação crioulo* foi selecionado com base no critério de cor. Quanto à expressão *crioulo*, o seu uso tende a ser esporádico, que vem a ser o escravo filho da mãe gentia que nascia no âmbito da sociedade colonial. (CARVALHO, 2001, p. 96-104).

A *nação jeje* apresenta diversas referências, a partir de 1739, suscitando dúvidas quanto à origem do seu nome. São documentadas observações de diferentes registros, dentre os quais, sugere-se um detalhamento entre 1864 e 1889, a fim de identificar uma quase extinção dessa nação.

4. Um pouco de sentimento. Negros?

O escravo do século XIX brasileiro era visto como um estrangeiro, como um outro, ou seja, um ser sem raízes, a partir do seu não reconhecimento na comunidade que o escravizou. Bastava ser negro e assim, presumia-se ser escravo. (CUNHA, 2013, p. 21-22)

Havia uma denominação relacionada à cor da pele. Para compreender o retrato do século XIX, ressaltando os indivíduos da população dita de “pessoas livres de cor”, dimensionava a cor que era negra ou parda; a nacionalidade que se tratava de africano ou crioulo, isto é, aquele nascido no Brasil e a condição legal que era forro ou liberto, ingênuo ou nascido livre.

É em torno de imagens do negro, a partir de T. Van Dijk (2012, p. 211-221), refletiremos a expressão de “registro”, comentando um pouco das vozes abolicionistas ou, até mesmo, sentimentos contraditórios àquela (ou esta?) ocasião.

Brizuela (2012, p.132) afirma que era importante a comprovação da liberdade de um negro, consignada em cartório e um atestado. Ou ainda, era retratado todo arsenal reservado à ambientação das *cartes-de-visite* ou *carte cabinet* motivados pelos fotógrafos e viajantes com missões científicas. Eram fotografados escravos e negros livres, os quais, muitas vezes, compareciam aos ateliers e contratavam os serviços fotográficos, seguindo o modelo europeu, ou seja, usavam os trajes do senhor.

Há um jogo constante em Cunha (2012), Mattoso (1972) e Brizuela (2012) para a revelação de imagens dos ex-escravizados do final do século XIX. Há a demonstração de crioulos alforriados em maior número, já que estes se conduziam melhor do que os africanos no que se refere à compra de sua liberdade.

Contrariando ao paradigma antropológico, a lógica do retrato, seja daqueles indivíduos da população de cor encontrados nas ruas da cidade ao exercer pequenos ofícios e revelando a sua semelhança moral e essência do seu caráter, seja na observação de detalhes como suas roupas e acessórios, tornando-os *mais bem vestidos e cuidados que os outros* pode se aproximar da relação entre sujeito e objeto, sustentados por uma voz ou vozes que, possivelmente, ressoam além dos textos. Neste sentido, Brizuela realça a forte determinação

dos sujeitos fotografados em parecerem livres. Era necessário ultrapassar a barreira da escravidão, ostentando a liberdade.

No tocante ao mercado de trabalho, Kátia Mattoso (1978, p. 121-122) diz que as pessoas livres de cor disputavam com os indivíduos da população branca, numa tentativa de coincidir *status* e cor da pele. Curiosamente, brancos, pardos e negros, livres e escravos, desempenhavam funções na pesca, na estiva, como remadores, na cabotagem e na navegação fluvial e marítima. Contudo, aspectos de rancor do presidente da província eram manifestados após o decreto de uma lei lançada para um pesado imposto sobre “quaisquer africanos, livres, libertos ou escravos, que se ocuparem de saveiros e alvarengas, excluindo serviços de saveiros de Salvador, os africanos” e os escravos.

Considerando os retratos dos escravos de uma esfera do século XIX, revelados como de *costumes e tipos de pretos*, há de se pensar no olhar dos autores das imagens, a partir de um olhar direto, as condições de produção fotográfica, sua economia visual ou ainda, suas decisões e imposições ao retratado que, com o silêncio, tentasse encobrir fatos e memórias, instaurando-o nos álbuns de família, ou ainda, levando ao alcance científico ou ao *souvenir* turístico, contrastes daqueles crioulos, pretos, pardos ou negros.

5. Algumas considerações, para finalizar...

Verificou-se que o preconceito não é estranho ao comportamento da Santa Casa de Misericórdia, bem como a permanência dos critérios para o ingresso na instituição, que, aparentemente, não sofreram modificações: a. ser maior de idade; b. ter conduta moral irrepreensível; c. professar a fé cristã, **originariamente católica** (grifo nosso).

É lembrado que um casal solicitou o ingresso na Irmandade, num dado momento e essa entrada fora recusada. Tratava-se de um casal, cujo esposo era branco e a esposa era mulata. A admissão do casal foi permitida após quatro anos do primeiro pedido feito, sem que se saiba a razão, o que ainda pretende ser verificado.

Os diferentes traços das nações encontradas, em destaque, a *jeje*, poderão ser mais bem observados noutra oportunidade, o que permitirá o enriquecimento das questões levantadas na pesquisa *Relações de interação coletiva num universo de escravizados da Santa Casa da Misericórdia: nações e desejos de libertação na Bahia. Em Salvador e em Santo Amaro (1830 - 1872)*.

Referências Bibliográficas

BRIZUELA, Natalia. *Fotografia e Império: Paisagens para um Brasil Moderno*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

CARVALHO, Mariza Soares de. *Devotos da Cor – Identidade étnica, Religiosidade e Escravidão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CUNHA, Manuela Carneiro. *Negros Estrangeiros - os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

DIJK, Teun A. van. *Discurso e Contexto: Uma abordagem sociocognitiva*. (Tradução: Rodolfo Ilari). São Paulo: Editora Contexto, 2012.

LAW, Robin. *Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre o significado do termo “mina.”* REVISTA TEMPO, v.10, n.20. Niterói: UFF, jan 2006, p. 209-246.

LIMA, Américo Pires. *Atribulações da Misericórdia da Bahia no século XVII*. CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 1., Anais... Salvador: IHGB, 1949.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *A propósito das cartas de alforria, 1779 - 1850*. In: Anais de História, n.04, 1972, p. 23-52.

OTT, Carlos. *A Santa Casa de Misericórdia da Cidade do Salvador*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1960.

PARÉS, Luis Nicolau. *A Formação do Candomblé – História e Ritual da Nação Jeje na Bahia*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos – A Santa Casa da Misericórdia da Bahia – 1550 – 1755*. Trad. Sérgio Duarte. Brasília: UNB, 1981.

Fontes: AHSCM, livro 220. Arquivo da autora.